

Caderno de Encargos

“Aquisição e instalação das aplicações: BI Gestão Documental, GCP (Gestão da Contratação Pública) e Integração da Despesa com o Mydoc”



Parte I

Cláusulas Gerais

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto do Concurso

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“Aquisição e instalação das aplicações: BI Gestão Documental, GCP (Gestão da Contratação Pública) e Integração da Despesa com o Mydoc”**, a integrar no modelo de ERP existente, com a finalidade de dotar os serviços do Município com as ferramentas necessárias, em resposta a várias lacunas identificadas no fluxo procedimental e administrativo em vigor em resultado de novas exigências, objetivando a desmaterialização dos procedimentos, numa base de transparência e eficiência dos serviços, integradas no processo de modernização administrativa implementado.

Cláusula 2.ª

Prazo

O contrato inicia-se com a sua assinatura e termina com a instalação e implementação definitiva das aplicações, a qual deverá ocorrer num prazo máximo de **6 meses a contar a partir da assinatura do contrato**.

A entrega e instalação dos bens deverão ser realizadas em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, tais como a garantia dos bens.

Cláusula 3.ª

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;



- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Preço base

O preço base para a aquisição é de **20.758.00€** (vinte mil setecentos e cinquenta e oito euros), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

Para os devidos efeitos foi realizada uma consulta preliminar à entidade à qual se formaliza o convite, solicitando uma estimativa de preço em conformidade com as especificações descritas na cláusula 28.º da Parte II do presente caderno de encargos, ficando desde logo assegurados os princípios da não discriminação e transparência sobre os quais versa o artigo 35.º - A do CCP.

O valor apurado considera-se como limite máximo que o Município se dispõe a pagar pela aquisição e instalação dos bens.

Capítulo II

Obrigações das partes

Obrigações principais do adjudicatário

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade fornecedora a execução das tarefas nos seguintes termos:

- a) O adjudicatário obriga-se a fornecer e implementar no ERP do Município as aplicações definidas de acordo com as especificações e requisitos técnicos enunciados na cláusula 28.º da Parte II do presente caderno de encargos;
- b) Assegurar os meios necessários para efetuar a instalação dos bens no local



definido pela entidade adjudicante;

- c) Obrigação do cumprimento do prazo proposto para a execução dos trabalhos referidos;
- d) Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam;
- e) Proceder em conformidade com o conteúdo do presente Caderno de Encargos e da respetiva proposta;
- f) Obrigação de se responsabilizar por todos os danos causados ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo relativo ao fornecimento e implementação dos bens identificados na sua proposta e que resultem da ação ou omissão do(s) seu(s) profissional(ais);
- g) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Câmara Municipal;
- h) Não alterar as condições de fornecimento dos bens fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- i) Prestar de forma correta e fidedignas as informações referentes às condições em que são efetuados todos os trabalhos, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- j) O Município pode em qualquer momento exigir os documentos que ache necessários para a boa compreensão do processo de aquisição do bem;
- k) É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens;
- l) Nomear um técnico que represente o adjudicatário em tudo o que concerne ao contrato a executar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante representada pelo gestor de contrato e o adjudicatário.

2 - A título acessório, adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados ao fornecimento e instalação do bem, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1 - São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.



2 - Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja por que título for.

Cláusula 7.ª

Seguros e encargos sociais

1 - O adjudicatário obriga-se a ter em dia ou a contrair, todos os seguros necessários e obrigatórios para a execução da aquisição objeto do presente contrato.

2 - O Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior.

Cláusula 8.ª

Conformidade e garantia técnica

O fornecedor do bem fica sujeito, com as devidas adaptações às exigências legais, aplicáveis aos contratos de aquisição de bens, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Dever de sigilo

1 - O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Figueira de Castelo Rodrigo, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



Cláusula 10.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Obrigações do Município de Figueira de Castelo Rodrigo

Cláusula 11.ª

Preço contratual

1 - Pela aquisição do bem objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo deve pagar ao fornecedor do bem o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 12.ª

Condições de pagamento

1 - A quantia devida pelo Município de Figueira de Castelo Rodrigo, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Figueira de Castelo Rodrigo da(s) respetiva(s) fatura(s) que só pode(m) ser emitida(s) após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - Não serão efetuados adiantamentos de preço por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios das mesmas.

3 - Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida



Capítulo III

Penalizações contratuais

Cláusula 13.ª

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento do fornecimento em causa.

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode exigir-lhe uma pena pecuniária a determinar em função da gravidade da situação.

3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

5 - O Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que Município de Figueira de Castelo Rodrigo exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 14.ª

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior,



designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Cláusula 15.ª

Caução

Não é obrigatória a prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte do Contraente Público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente as previstas no artigo 333º conjugado com o artigo 448º do CCP



2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do cocontratante

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato, no caso do contraente público não cumprir com a sua parte do contrato.

2 – Para os devidos efeitos aplica-se o disposto nos artigos 332.º e 449.º do CCP.

Capítulo IV

Disposições Finais

Cláusula 18.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Figueira de Castelo Rodrigo com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.ª

Modificações ao contrato

São permitidas apenas modificações objetivas do contrato nos termos do disposto no artigo 312.º e 313.º do CCP.

Cláusula 20.ª

Trabalhos Complementares

A existência de trabalhos complementares advém de situações imprevistas ou imprevisíveis competindo ao contraente público ordenar o cocontratante para a sua execução, aplicando-se para o efeito o disposto nos artigos 370.º a 375.º conjugado com o artigo 438.º do CCP.

Cláusula 21.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

Não é permitida a cessão da posição contratual e a subcontratação no decorrer da execução do contrato.



Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª

Deveres de Informação

1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a cocontratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2 - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 24.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.ª

Casos Omissos

Os casos omissos resultantes deste Caderno de Encargos serão resolvidos, pela entidade competente para autorizar a despesa, ou de acordo com o regulamento na legislação portuguesa.

Cláusula 26.ª

Gestor do Contrato

O contraente público deve designar um gestor do contrato nos termos do artigo 290.º – A, com a função de acompanhar permanentemente a execução do respetivo contrato. A identificação do gestor do contrato constitui parte integrante do contrato a celebrar conforme disposto na alínea i) do artigo 96º do CCP.



Cláusula 27.ª

Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e, subsidiariamente, a demais legislação aplicável.

Parte II

Cláusulas Técnicas

Cláusula 28.º

Especificações técnicas

No cumprimento de todas as obrigações legais aplicáveis, onera-se a entidade fornecedora à disponibilização e implementação das seguintes aplicações informáticas de acordo com as características e funcionalidades descritas:

GCP (Gestão da Contratação Pública)

a. Objetivo

- i. Permitir a agregação e gestão de todos os procedimentos de aquisição e formação de contratos, disponibilizando mecanismos que assegurem a completa desmaterialização dos processos e a troca de informação com as plataformas de contratação pública existentes no mercado;

b. Principais Características/Funcionalidades

- i. Permitir concentrar a informação relativa aos procedimentos de formação de contratos lançados a partir das várias aplicações com compõem o modelo ERP do Município e completá-los com informação adicional que detalham com mais rigor as suas características;
- ii. Assegurar mecanismos para a criação de novos procedimentos, controlo de limites, códigos CPV entre outros;
- iii. Capacidade de integração com plataforma eletrónica de contratação pública utilizada, permitindo a partilha de informação nas várias fases do procedimento de contratação, nomeadamente o envio de procedimentos para a plataforma, recolha de elementos resultantes do processo incluindo informação sobre a proposta vencedora, montantes, prazos, ect...



- iv. Assegurar uma interação direta com o sistema de gestão financeira do Município relativamente a pedidos de cabimento ou a correção de cabimento para procedimentos de formação de contrato;
- v. Permitir a interação com o Portal BASE dos Relatórios de Execução relativos aos procedimentos por Ajuste Direto Simplificado, tal como previsto na portaria 57/2018 de 26 de fevereiro;
- vi. Permitir o registo e movimentação de documentos de forma totalmente integrada com o Mydoc.

BI Gestão Documental

a. Objetivo

- i. Monitorização e o consequentemente alinhamento de todas as atividades diárias das várias unidades operacionais com os objetivos de longo, médio e curto prazo, disponibilizando um conjunto de gráficos, quadros e rácios, e contendo indicadores (kpi) de sinalização simples e intuitivos

b. Principais Características/Funcionalidades

- ii. Permitir o controlo e gestão dos processos e atividades administrativas da organização, através de um conjunto de indicadores precisos, que fornecem informação e alertas para desvios dos padrões de performance esperados;
- iii. Flexibilidade na análise no sentido permitir definir e publicar outros indicadores, compostos por outros detalhes e perspetivas de análise igualmente relevantes;
- iv. Permitir definir objetivos anuais de execução por cada indicador e monitorizar a sua execução de forma simples e intuitiva;
- v. Centralizar toda a informação relevante associada à execução dos processos administrativos elaborados nas demais soluções que integram o ERP do Município, obtendo uma visão consolidada e facilitadora da análise e da monitorização do desempenho do Município;
- vi. Permitir a construção e exportação de relatórios, personalizados a cada situação específica, em formatos editáveis
- vii. Permitir reportar informação recolhida através dos dados recolhidos com vários níveis de detalhe auxiliando a tomada de decisão em matéria operacional e organizacional;



- viii. Assegurar a total integrabilidade com a aplicação de gestão documento existente no Município (Mydoc).

Integração da Despesa com o Mydoc

a. Objetivo

- i. Numa base incremental em relação às funcionalidades já existentes na aplicação de gestão documental Mydoc, garantindo a monitorização e o acompanhamento do processo de criação da despesa, reunindo num só local todos os fluxos de tramitação, informação e documentos dispersos em diferentes soluções, assegurando a sua gestão integrada e eficaz.

b. Principais Características/Funcionalidades

- i. Assegurar a desmaterialização do processo de Despesa com a autorização, Requisição Interna e Externa e assinatura digital dos documentos gerados no processo (ordens de pagamento, entre outros...);
- ii. Assegurar a interligação direta com as aplicações envolvidas no processo de geração de despesa (GES/OAD e SNC AP);
- iii. Permitir que os dados gerados nas várias fases do processo por aquelas aplicações sejam recolhidos e organizados sequencialmente no fluxo de movimentos entre os intervenientes, agilizando e simplificando todo o processo.

Figueira de Castelo Rodrigo, 21 de julho de 2020

P'º Presidente da Câmara,



Assinado de forma digital
por NELSON REBOLHO
BOLOTA
Dados: 2020.07.21 12:12:17
+01'00'

Em substituição por ausência do Presidente ao abrigo do n.º 3 do art. 57.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro conjugado com o artigo 43.º do DL n.º 4/2015, de 07 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo)

